



Autor
Rafaela Coutinho Canetti

ACORDO DE LENIÊNCIA

Fundamentos do instituto e os
problemas de seu transplante ao
ordenamento jurídico brasileiro

2ª edição revista e atualizada

Prefácio
Gustavo Binenbojm
Patrícia Ferreira Baptista

Apresentação
Luiz Fux

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO. DIREITO PÚBLICO. DIREITO COMPARADO.

Público-alvo/consumidores
ESTUDANTES, ADVOGADOS, MAGISTRADOS,
MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE PRETENDAM
APROFUNDAR O TEMA DA TEORIA E PRÁTICA
QUE SUBJAZEM AOS ACORDOS DE LENIÊNCIA.

Dos vários papéis que lhe cabem na vida das Administrações Públicas, espera-se do direito administrativo que atue intensamente na prevenção e repressão de ilícitos. Das infrações de trânsito às violações à livre concorrência, das transgressões às normas sanitárias às de licitação e contratação pública, o direito administrativo – mais que o direito penal – é chamado a dar conta à sociedade da dissuasão e punição aos infratores. O desafio não é pequeno e, na sociedade brasileira, não vem sendo bem-sucedido. O baixo nível geral de conformidade da nossa sociedade acaba apontando para a necessidade de um aparelho repressor cada vez maior. Ao mesmo tempo, a complexidade e o dinamismo da vida moderna levam à obsolescência algumas das ferramentas mais tradicionais da repressão estatal. A obra se dedica precisamente a dissecar uma das ferramentas mais recentes no cardápio do direito administrativo sancionador: *os acordos de leniência*, que funcionam como meio de sedução para que um dos membros do cartel traia os demais em troca da obtenção de vantagens.

Acordo de leniência: fundamentos do instituto e os problemas de seu transplante ao ordenamento jurídico brasileiro é uma obra pioneira no direito brasileiro, pela qualidade e amplitude das reflexões que apresenta. A obra tem a virtude de uma pesquisa acadêmica sólida e séria direcionada à discussão de um problema concreto e atual da vida da Administração Pública brasileira. Reflete um direito administrativo contemporâneo: desapegado de dogmas e voltado à realidade em que deve atuar. Mais um trabalho com o selo do direito público da UERJ, que temos muito orgulho de introduzir ao leitor.

Patrícia Baptista
Gustavo Binenbojm
(Adaptado do prefácio)

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001638

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C221a Canetti, Rafaela Coutinho

Acordo de leniência: fundamentos do instituto e os problemas de seu transplante ao ordenamento jurídico brasileiro / Rafaela Coutinho Canetti. 2. ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2020.

344p. ; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-85-450-0703-6

1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CANETTI, Rafaela Coutinho. *Acordo de leniência: fundamentos do instituto e os problemas de seu transplante ao ordenamento jurídico brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 344 p. ISBN 978-85-450-0527-8.

Rafaela Coutinho Canetti é Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assessora de Ministro no Supremo Tribunal Federal.

PREFÁCIO	
Patrícia Ferreira Baptista, Gustavo Binenbojm	13
APRESENTAÇÃO	
Luiz Fux	17
INTRODUÇÃO	19
Colocação do tema	19
Plano de trabalho	22
PRIMEIRA PARTE	
ASPECTOS GERAIS SOBRE OS ACORDOS DE LENIÊNCIA	
CAPÍTULO 1	
AS ORIGENS DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA E SEU PROCESSO DE EXPANSÃO	
1.1	As razões para a leniência: por que negociar com o delator?
	29
1.2	As origens da leniência e as lições da experiência norte-americana
	32
1.3	O acordo de leniência como produto de exportação norte-americano
	38
CAPÍTULO 2	
OS FUNDAMENTOS DA LENIÊNCIA	
2.1	A racionalidade econômica dos acordos de leniência: <i>carrots and sticks</i> e <i>rational choice theory</i>
	55
2.1.1	O dilema do prisioneiro como norte para o desenho dos programas de leniência
	68
2.2	Atratividade e segurança jurídica como requisitos centrais de um programa de leniência.....
	76
2.2.1	Quanto à segurança jurídica e institucional dos acordos de leniência
	78
2.2.1.1	Previsibilidade do programa: sua natureza <i>ex ante</i> e abstrata
	78
2.2.1.2	Sigilo das informações apresentadas pelo colaborador
	84
2.2.2	Quanto à atratividade do acordo.....
	93
2.2.2.1	Suficiência do benefício a ser obtido pelo particular
	93
2.2.2.2	Utilidade e novidade das evidências apresentadas pelo particular celebrante.....
	102
2.2.2.3	Desestabilização da relação entre os agentes em conluio ..
	108
2.3	Conclusões parciais do capítulo
	114
CAPÍTULO 3	
AS POTENCIALIDADES DO USO DO ACORDO DE LENIÊNCIA COMO FORMA DE COMBATE A ILÍCITOS ASSOCIATIVOS.....	
3.1	Breves comentários sobre os ilícitos concorrenciais.....
	119
3.2	Atos de corrupção e a incidência dos acordos de leniência.....
	125
3.3	Possíveis dificuldades na transposição do instrumental da leniência antitruste para a seara anticorrupção
	134
3.4	Conclusões parciais do capítulo
	139

PARTE II
ADEQUAÇÃO DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA NO
ORDENAMENTO BRASILEIRO AOS FUNDAMENTOS
TEÓRICOS E ECONÔMICOS DO INSTITUTO

CAPÍTULO 4	
NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO PÚBLICO BRASILEIRO E OS ACORDOS DE LENIÊNCIA 145	
4.1	Fuga do direito penal, consensualidade e pragmatismo ... 146
4.2	O acordo de leniência é um tipo de TAC?..... 164
4.3	Conclusões parciais do capítulo: o que há de especial nos acordos de leniência?..... 180
CAPÍTULO 5	
OS ACORDOS DE LENIÊNCIA NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO..... 183	
5.1	O acordo de leniência do direito concorrencial brasileiro . 185
5.1.1	A evolução do programa de leniência concorrencial brasileiro..... 189
5.1.2	A coexistência entre o programa de leniência do CADE e os termos de compromisso de cessação (TCCs) 198
5.2	O acordo de leniência da Lei nº 12.846/2013 204
5.3	O acordo de leniência do sistema financeiro nacional 223
5.4	Conclusões parciais do capítulo: os acordos das Leis nº 12.529/2011, nº 12.846/2013 e 13.506/2017 são, de fato, acordos de leniência? 232
CAPÍTULO 6	
DIFICULDADES INSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE PROGRAMA DE LENIÊNCIA EFICIENTE 239	
6.1	Conflitos normativos e institucionais nos acordos de leniência do Direito brasileiro 240
6.1.1	A Portaria Interministerial nº 2.278/2016..... 261
6.1.2	A posição do TCU quanto aos acordos de leniência e colaborações premiadas 263
6.1.3	Os acordos celebrados pelo Ministério Público Federal 271
6.2	Os conflitos entre os acordos de leniência positivados no ordenamento brasileiro 291
CAPÍTULO 7	
ALGUMAS PROPOSTAS DE ADEQUAÇÃO: É POSSÍVEL INCREMENTAR A ATRATIVIDADE E SEGURANÇA DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA BRASILEIROS?..... 305	
7.1	A prática administrativa como fator de incremento da segurança jurídica dos Acordos de Leniência brasileiros .. 309
7.2	A autovinculação administrativa através da edição de atos regulamentares..... 318
CONCLUSÃO 323	
REFERÊNCIAS..... 327	